

Juros elevam dívida do governo

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

A dívida federal cresceu R\$ 95,250 bilhões no primeiro semestre do ano, saltando para R\$ 905,510 bilhões. Só os juros que incidem sobre a dívida foram responsáveis por um crescimento de R\$ 67,076 bilhões, o correspondente a 70% do crescimento nos seis meses. Esse valor é 11 vezes superior aos gastos com o programa Bolsa Família, principal ação social do governo, em todo o ano passado. A elevação da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central (BC) para combater a inflação, movimento suspenso no mês passado, foi crucial na expansão dos débitos.

“O tamanho da dívida está dentro do previsto no Plano Anual de Financiamento (PAF) do Tesouro Nacional, que estima um intervalo entre R\$ 940

Cadu Gomes/CB



PAULO VALLE, DA DÍVIDA PÚBLICA: “ESTAMOS CAMINHANDO BEM”

bilhões e R\$ 1 trilhão em dezembro. Estamos caminhando bem”, afirmou o coordenador da Dívida Pública, Paulo Valle. Em seis meses, a dívida cresceu 11,75%. Além dos juros, o outro fator que forçou o endividamento para cima foi a emissão líquida (lançamentos de títulos num volume superior ao resgate) de R\$ 28,174 bilhões.

Os recursos são utilizados na formação de uma reserva para o Tesouro pagar os vencimentos, caso alguma turbulência no mercado dificulte a rolagem da dívida. Por lei, o governo é proi-

bido de emitir títulos públicos para honrar despesas correntes, como o pagamento de folha salarial e criação de fundos para investir em obras ou programas sociais sociais. Todo o dinheiro captado é utilizado para honrar a própria dívida ou formar as reservas do Tesouro.

Composição

No fim do primeiro semestre, o governo conseguiu ficar dentro da expectativa do plano também quanto à composição da dívida. A parcela de papéis prefixados, que têm a remunera-

ção fixada no momento da venda, subiu de 20,1% no início do ano para 23%, enquanto o intervalo do PAF é de 20% a 30%. Os títulos pós-fixados, corrigidos pela Selic, ficaram estáveis em 57% do total, encostando no teto do limite previsto no plano.

O volume de papéis atrelados à variação do dólar caiu de 9,9% em janeiro para 4,12% agora, o menor número da série histórica iniciada em 1999. Segundo o chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto do BC, Ivan de Oliveira Lima, o governo já resgatou o equivalente a US\$ 15,1 bilhões desses títulos ao longo do ano. “Estamos tendo sucesso em reduzir a exposição cambial da dívida”, disse Lima. A valorização do real frente ao dólar, que em junho foi de 2,2%, também está contribuindo.

A intenção do governo é aumentar a participação dos papéis prefixados, reduzir a dos títulos pós-fixados e cambiais, contraindo, ao mesmo tempo, o prazo de vencimento da dívida. Dessa forma, consegue dar mais previsibilidade ao pagamento das parcelas que vencem todo mês, diminuindo a influência que uma eventual alta nos juros ou a desvalorização no câmbio podem ter no estoque.